

SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO EM SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO 5, EDIÇÃO Nº 03 – SET/2024



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

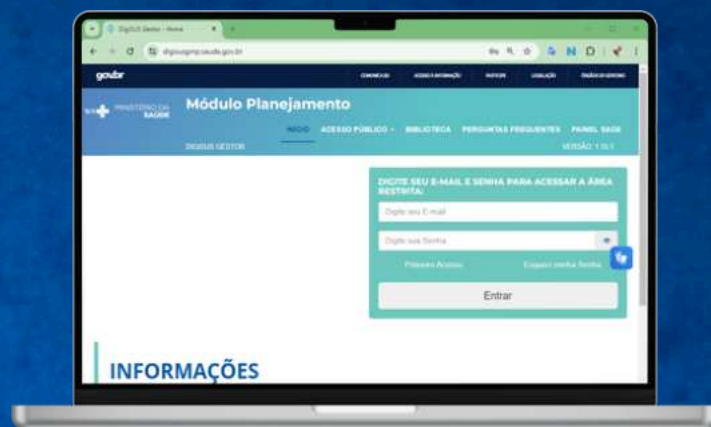


Sumário

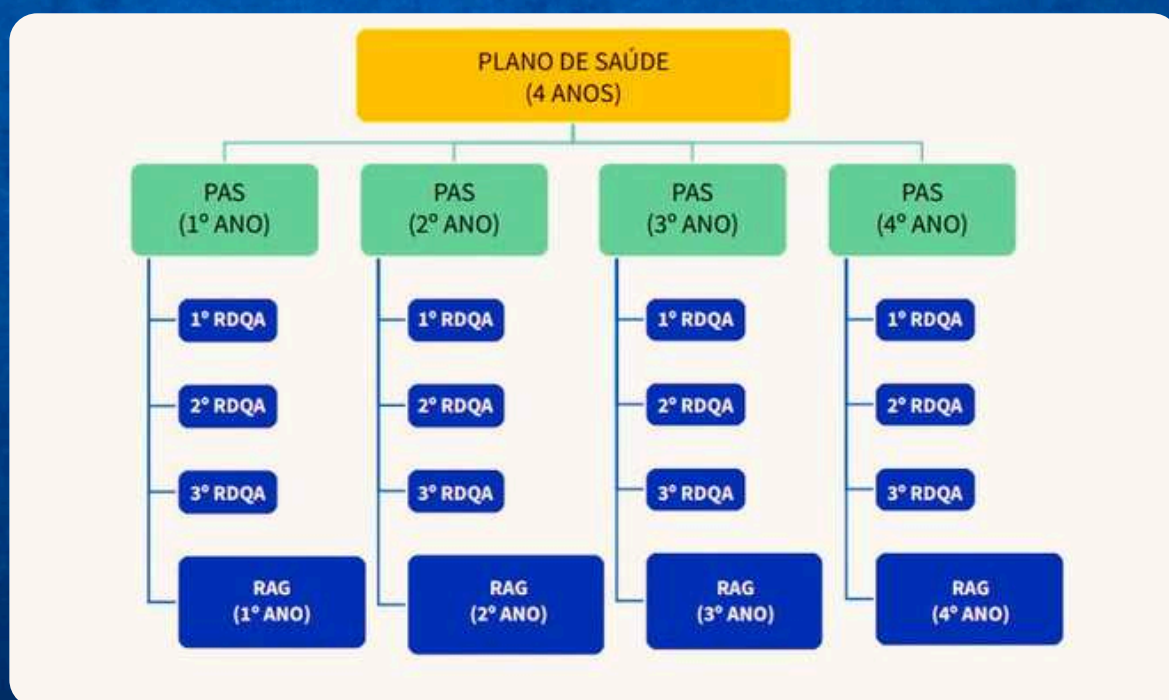
1. DigiSUS Gestor Módulo Planejamento	03
2. Monitoramento dos Instrumentos	04
2.1. Metodologia e Situação utilizadas no Monitoramento	05
3. Análise dos Instrumentos	06
3.1. Situação dos Instrumentos de Planejamento do SUS no Estado do Rio de Janeiro	06
3.1.1. Situação dos Instrumentos de Gestão Estadual	06
3.1.2. Situação dos Instrumentos da Gestão Municipal	07
Planos Municipais de Saúde de 2022-2025	07
Programações Anuais de Saúde (PAS) 2018-2025	08
Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior 2024	09
Relatório Anual de Gestão 2024	11
4. Sistemas de Apoio	12
5. Demais Ações Interfederativas	14
5.1. Ações na Atenção Primária à Saúde	14
5.1.1. Censo Nacional das UBS	14
5.1.2. Diagnóstico situacional implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra	14
5.2. Ações de Informação e Saúde Digital	15
5.3. Oficina de Capacitação DigSus	15
5.4. Encontro Saúde e Justiça da Rede de Atenção Psicossocial da Comissão Intergestores Regional da Baixada Litorânea – 5ª edição	16
5.5. Debate “Desafios e Oportunidades do Complexo Econômico Industrial da Saúde	16
5.6. Encerramento da Gestão Municipal de Saúde	17
6. Ministério da Saúde: agilidade e transparência nas suas ações	18
Cartilha para Apresentação de Propostas ao Ministério da Saúde	18
Rede Alyne	19
Comunica BR	20
Novo PAC da Saúde	21
PAC Retomada de Obras	22
Qualifar-SUS	23
Programa Nacional pela Vacinação	24
Programa Mais Médicos	25
Programa Mais Acesso a Especialistas	26
7. Conclusão	27
8. Referências	28

1. DIGISUS GESTOR MÓDULO PLANEJAMENTO

O **DigiSUS Gestor Módulo Planejamento (DGMP)** é um sistema de informação de grande relevância e obrigatório, utilizado para o **registro e monitoramento dos instrumentos de planejamento na área da saúde**. O sistema recebe todos os instrumentos de planejamento, isto é, o **Plano de Saúde, a Programação Anual de Saúde (PAS), o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e o Relatório Anual de Gestão (RAG)**. Adicionalmente, o sistema engloba a Pactuação Interfederativa de Indicadores, abrangendo os anos de 2018 a 2021.



Fluxo de registro dos Instrumentos de Planejamento no DGMP



2. MONITORAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Para o monitoramento dos Instrumentos de Planejamento, coletamos os dados a partir do que foi apresentado no **DGMP**.

Trabalhamos nos dados e produzimos um **Painel de Business Intelligence**, conforme o *status* dos instrumentos em questão, seguindo a metodologia descrita a seguir.

Neste Boletim apresentamos uma visão geral, focando nos últimos instrumentos (final de 2023 e primeiro semestre de 2024).



Nosso Painel BI atual traz informações visuais com maior nível de detalhamento em relação à situação dos Instrumentos de Planejamento e Gestão desde 2018, quando o DGMP substituiu o SARGSUS. Os dados foram coletados **no dia 18/09/2024**.



**Acesse o Painel BI do
SEINP/RJ:
bit.ly/seinprj032024**

Informamos que o **SIOPS permanece indisponível** para a transmissão e homologação de dados orçamentários. Assim, as tabelas referentes ao item 9 dos RDQA e RAG no DGMP ficam em branco, uma vez que não há importação dos dados do SIOPS. **Orientamos que os gestores utilizem o campo “Análises e Considerações”** para inserir os arquivos comprobatórios da execução orçamentária e financeira. Para mais informações, acesse:

<https://digisusgmp.saude.gov.br/storage/conteudo/biblioteca/OWyjZ9wRgSulXKz5ef2NliXNqeCkmzLcHcdGlifH.pdf>

2.1. Metodologia e Situação utilizadas no Monitoramento

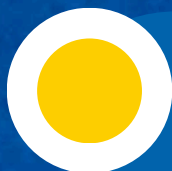
As informações dos 92 municípios do Estado utilizando o sistema DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento, foram coletadas no **dia 18/09/2024**.



APROVADO: Quando o município já passou por todo processo de elaboração e análise pelo conselho de saúde e está com o documento aprovado. Os RDQA têm status de AVALIADO.



APROVADO COM RESSALVAS: Quando o município já passou por todo processo de elaboração e análise pelo conselho de saúde, está com o documento aprovado, condicionando-o a ressalvas.



EM ANÁLISE NO CONSELHO DE SAÚDE: Quando o município finalizou a elaboração e enviou para o conselho de saúde, consideramos os status de apreciação e análise nesse campo, com objetivo de resumir a informação.



EM ELABORAÇÃO: Quando o município já iniciou a inserção de informação no sistema. Com relação ao PS não consideramos em elaboração apenas o registro da última conferência, para esses casos o status ficou como não iniciado.



NÃO INICIADO: Quando o município não iniciou nada no respectivo instrumento, ou, no caso do PS, registrou apenas o ano da última conferência.



RETORNO PARA AJUSTES: Quando o conselho de saúde retorna o documento para devidas correções.



NÃO APROVADO: Quando o conselho de saúde reprovava o instrumento de gestão.

3. ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS

3.1. SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO SUS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3.1.1. Situação dos Instrumentos de Gestão Estadual



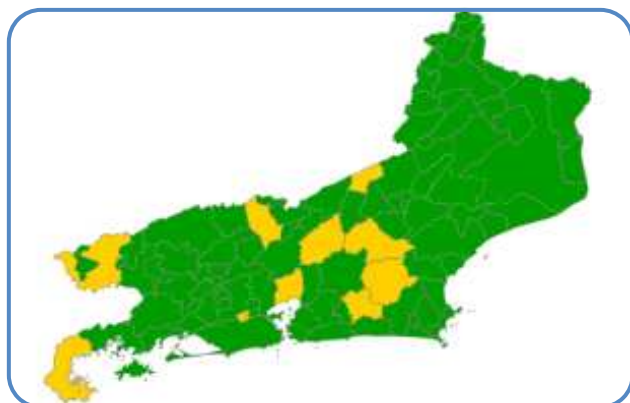
ANO INSTRUMENTOS	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
PES	●	●	●	●	●	●	●
PAS	●	●	●	●	●	●	●
1º RDQA	●	●	●	●	●	●	●
2º RDQA	●	●	●	●	●	●	●
3º RDQA	●	●	●	●	●	●	
RAG	●	●	●	●	●	●	
PACTUAÇÃO	●	●	●	●			

Em relação ao ano de 2023, o **3º RDQA** e o **RAG**, que estavam em elaboração, avançaram para a **Análise do Conselho**.

Uma mudança importante ocorrida desde o último Boletim foi a situação dos RAG referentes aos anos de 2018 a 2022, que foram apreciados pelo Conselho Estadual de Saúde (CES-RJ).

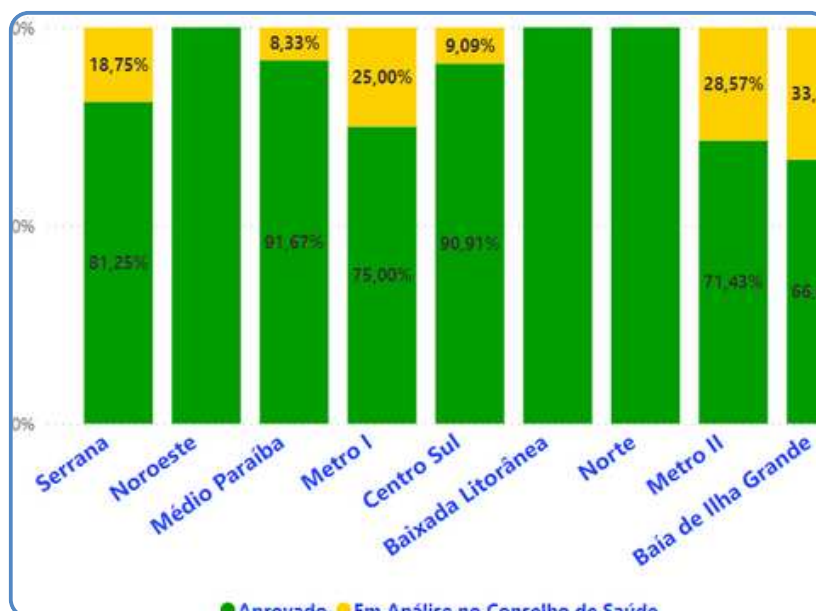
3.1.2. Situação dos Instrumentos da Gestão Municipal

- Planos Municipais de Saúde no ciclo 2022 –2025



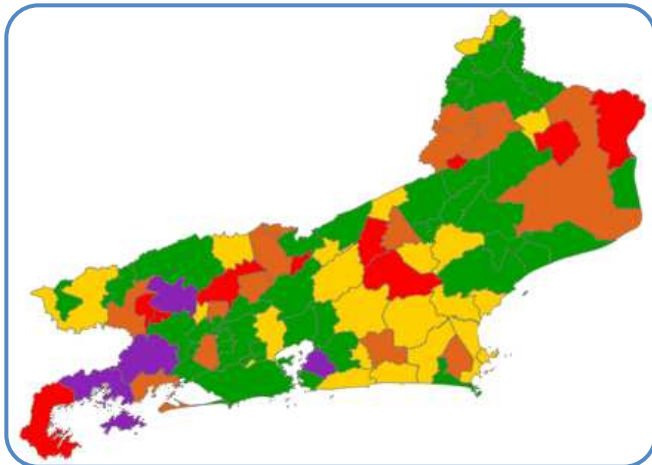
STATUS	Mun	%
Aprovado	87	94,57%
Em Análise no Conselho de Saúde	5	5,43%
Total	92	100,00%

Observamos que ainda existem planos que permanecem “em análise nos Conselhos Municipais”. Essa situação pode ocorrer por esquecimento no envio da resolução. Para corrigir essa informação, **é necessário que a gestão entre no plano e clique em “ajustar plano”**, procedendo com a inserção do arquivo com a resolução.



Os **Conselhos Municipais de Saúde** dos municípios de Paraty, Paraíba do Sul, Resende, Nilópolis, Mesquita, Magé, Rio Bonito, Silva Jardim, Carmo, Nova Friburgo e Teresópolis devem se apressar na avaliação do plano do seu município devido ao **término da gestão estar se aproximando**. Para corrigir essa informação, **é necessário que a gestão entre no plano e clique em “ajustar plano”**, procedendo com a inserção do arquivo com a resolução.

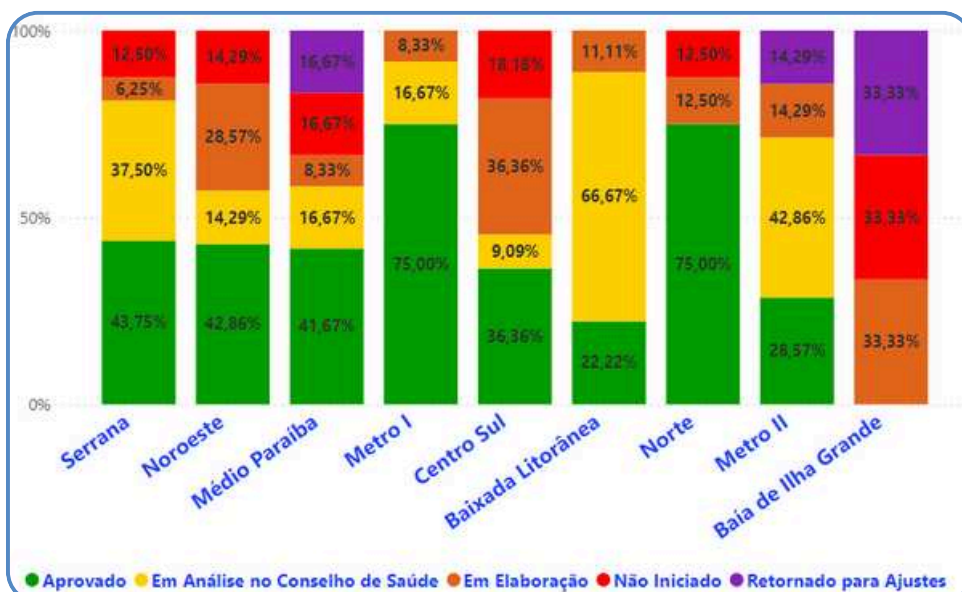
• Situação das Programações Anuais de Saúde (PAS)



STATUS	Mun	%
Aprovado	41	44,57%
Em Análise no Conselho de Saúde	22	23,91%
Em Elaboração	15	16,30%
Não Iniciado	10	10,87%
Retornado para Ajustes	4	4,35%
Total	92	100,00%

Nota-se uma situação bastante heterogênea no que tange à situação das Programações Anuais de Saúde relativas ao ano de **2024**, posto que cerca de 70% delas foram elaboradas pelos gestores municipais, no entanto, pouco mais de 40% passaram por todas as etapas do ciclo de planejamento, com a aprovação pelo respectivo Conselho de Saúde.

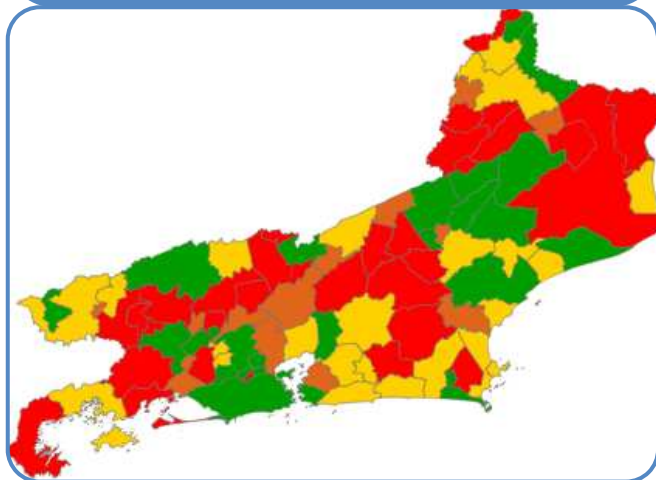
Observam-se comportamentos gráficos bastante diferenciados quando se comparam as diferentes regiões de saúde do estado. É possível inferir que os gestores das regiões Norte e Metropolitana I tiveram maior facilidade na elaboração e aprovação de suas PAS junto aos Conselhos Municipais de Saúde. Observa-se, ainda, que, nas regiões da Baixada Litorânea e Médio Paraíba, houve a consecução na elaboração, no entanto, boa parte dos instrumentos está pendente de **análise pelos respectivos Conselhos Municipais de Saúde**.



Cumprе salientar que a PAS deve ser elaborada pelo GESTOR MUNICIPAL no ano em curso e executada no ano subsequente, coincidindo com o período definido para o exercício orçamentário e a LOA, sendo o subsídio para a elaboração desta última.

• Situação dos RDQA

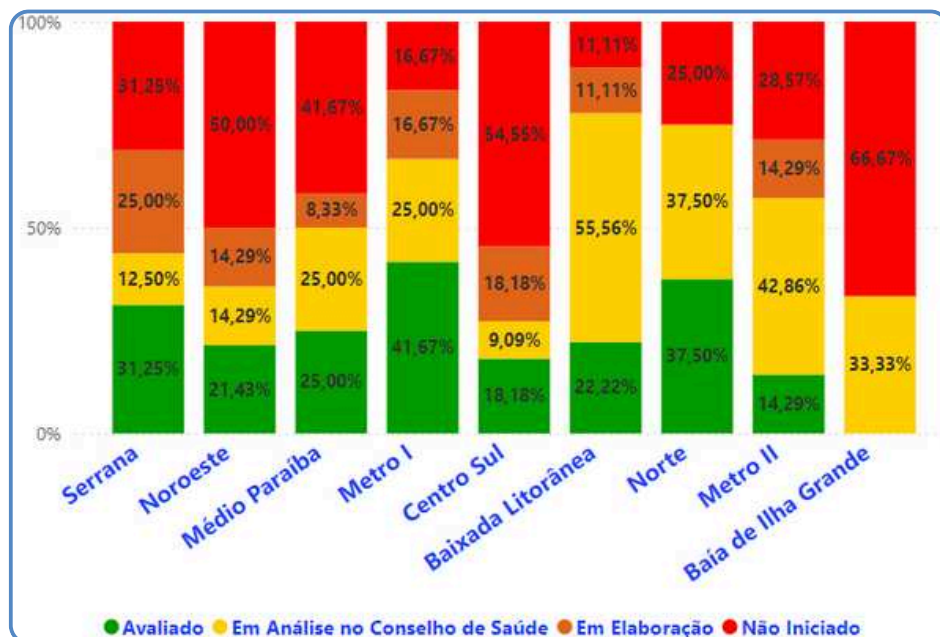
• 1º QUADRIMESTRE JAN-ABR/2024



STATUS	Mun	%
Avaliado	24	26,09%
Em Análise no Conselho de Saúde	23	25,00%
Em Elaboração	13	14,13%
Não Iniciado	32	34,78%
Total	92	100,00%

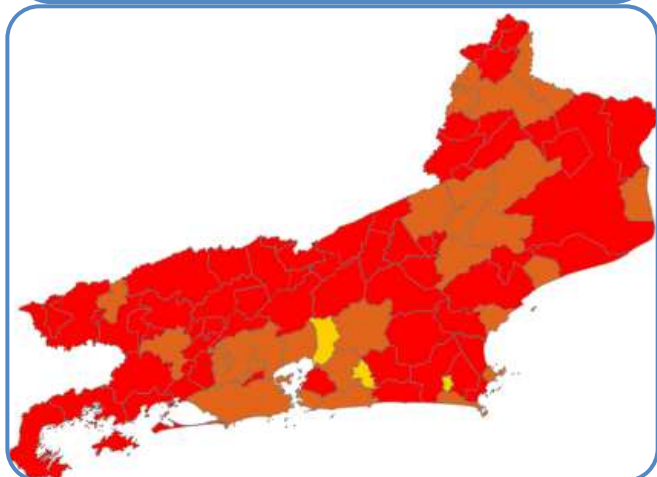
No aspecto gráfico, chama atenção os percentuais relativos aos 1º RDQA ainda não iniciados, principalmente, nas regiões Serrana, Centro-Sul e Noroeste. Novamente, assim como a PAS 2024, com relação à região Metro 1, destaca-se que os instrumentos foram, em sua maioria, elaborados pelos gestores municipais, entretanto, pendem de avaliação pelos respectivos Conselhos de Saúde. É importante lembrar que os RDQA, **além de serem apresentados à Casa Legislativa, devem ser igualmente apresentados ao conselho de saúde.**

O 1º RDQA, enquanto instrumento imprescindível de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS, deveria ter sido apresentado pelo gestor municipal **até o mês de maio de 2024**. Entretanto, verifica-se que o referido instrumento ainda **não** teve sua elaboração iniciada por mais de 50% dos 92 municípios do estado.



Comparativamente à PAS, percebe-se que há maior dificuldade na consecução de todas as etapas relativas ao instrumento RDQA. Pode-se depreender que isto se deve às próprias dificuldades de elaboração do instrumento, observando-se os números de RDQAs “em elaboração” e “não iniciados”, como também aqueles que restam na etapa “em análise no Conselho de Saúde”.

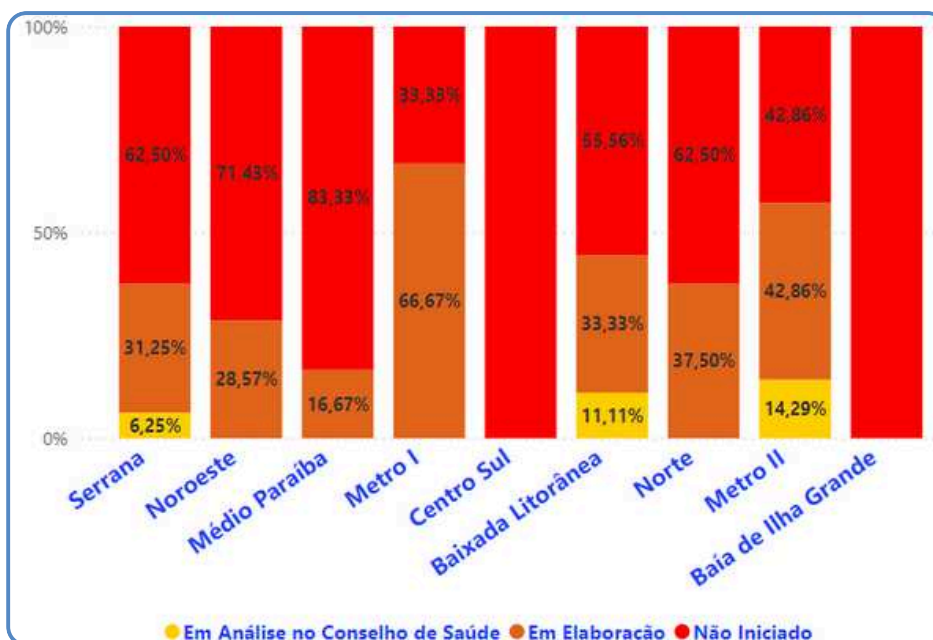
• 2º QUADRIMESTRE MAI-AGO/2024



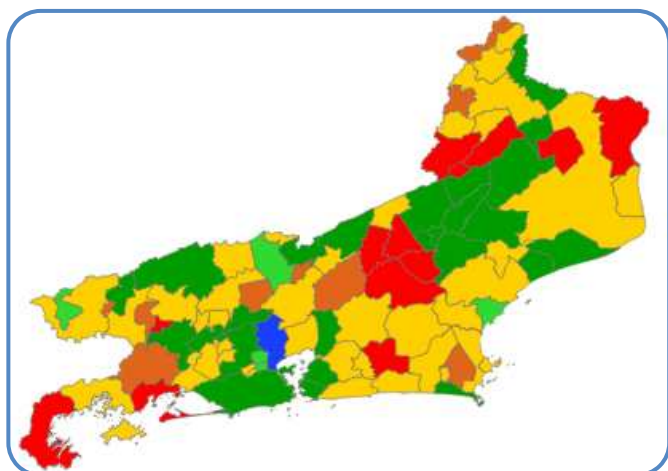
STATUS	Mun	%
Em Análise no Conselho de Saúde	3	3,26%
Em Elaboração	28	30,43%
Não Iniciado	61	66,30%
Total	92	100,00%

No aspecto gráfico, chama atenção os percentuais relativos aos 2º RDQA ainda não iniciados pela maioria dos municípios do estado. Apenas três municípios já enviaram este relatório e 28 se encontram “em elaboração”. No entanto, é importante ressaltar que os municípios têm até o final do mês de setembro de 2024 para enviá-lo, **PRAZO ESTÁ PRÓXIMO!**

O 2º RDQA, enquanto instrumento imprescindível de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS, deve ser apresentado pelo gestor municipal até o mês de setembro. Entretanto, verifica-se que o referido instrumento ainda não teve sua elaboração iniciada por mais de 60% dos 92 municípios do estado.



• Situação dos RAG

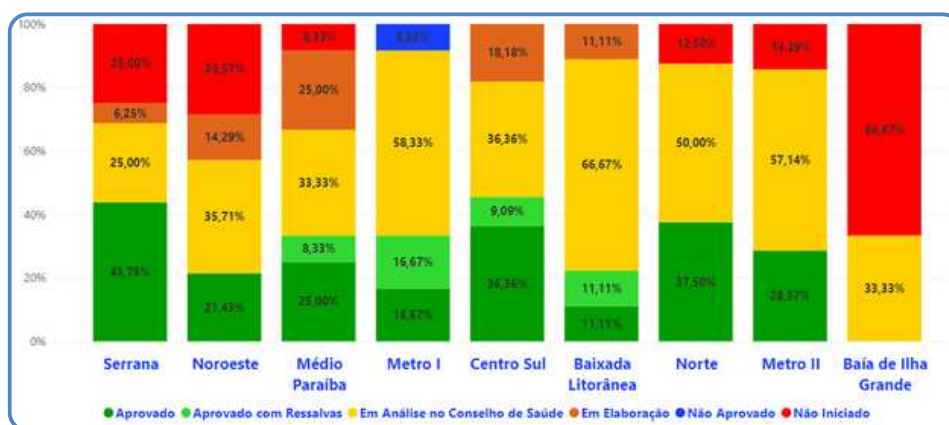


STATUS	Mun	%
Aprovado	25	27,17%
Aprovado com Ressalvas	5	5,43%
Em Análise no Conselho de Saúde	39	42,39%
Em Elaboração	9	9,78%
Não Aprovado	1	1,09%
Não Iniciado	13	14,13%
Total	92	100,00%

O RAG é o instrumento que apresenta os resultados alcançados da PAS e, nesse sentido, é por meio dele que os gestores prestam contas das ações executadas no ano anterior. Assim, ele deve ser enviado para análise do respectivo Conselho de Saúde até o dia **30 de março do ano seguinte à execução orçamentária**. Cabe aos conselhos de saúde acompanhar o andamento da execução das ações por meio dos RDQA e avaliar o desempenho da gestão através da apreciação do RAG.

Nesse boletim, observamos que pouco mais de 40% dos RAG de 2023 estavam em apreciação pelo Conselho de Saúde, cerca de 30% haviam sido aprovados ou aprovados com ressalvas pelo Conselho de Saúde, sendo que um foi reprovado. Há ainda 22 municípios que não enviaram o RAG 2023!

Atenção, o prazo já passou!



4. SISTEMAS DE APOIO

Três fontes de dados desempenham um papel fundamental na compreensão e avaliação abrangente dos instrumentos de planejamento e gestão em saúde. Vamos conhecer um pouco sobre cada sistema e onde podemos encontra-los.

01

Sistema DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento: Essa fonte fornece informações precisas e detalhadas diretamente dos municípios, permitindo uma visão abrangente sobre o desenvolvimento e implementação dos instrumentos de planejamento, como Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde (PAS), Relatórios de Gestão, entre outros. Agora, o sistema possui a aba "Acesso Público", onde você pode extrair planilhas contendo informações detalhadas sobre os instrumentos e as pendências dos Entes.



SCAN ME!

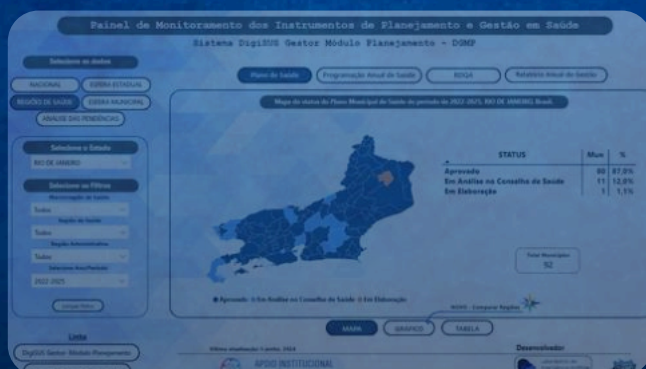


www://

Para acesso ao DigiSUS Gestor Módulo <https://digisusgmp.saude.gov.br/>

02

Instrumentos de Planejamento e Gestão de Saúde: Essa ferramenta possibilita uma análise mais abrangente e inteligente das tendências, padrões e desempenho dos instrumentos de planejamento. Permite identificar lacunas, sucessos e áreas de melhoria, fornecendo uma visão estratégica para direcionar futuras ações.



SCAN ME!

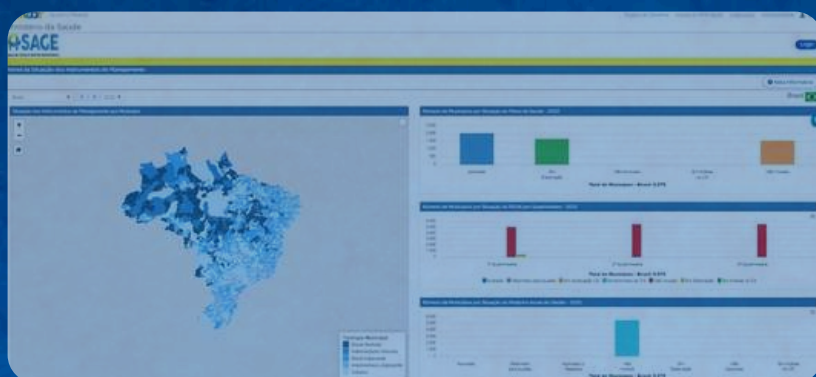


www://

Para acesso ao Painel de Business Intelligence de Monitoramento dos instrumentos de Planejamento e Gestão em Saúde, escaneie o código QR ou acesse o link <https://lisaude.com.br/paineldgmp/>

03

Sala de Apoio e Gestão Estratégica (SAGE): Através desse painel, é possível realizar uma análise integrada e estratégica das informações, alinhando os dados dos instrumentos de planejamento com a estratégia global de saúde. Isso ajuda na tomada de decisões informadas e na alocação eficaz de recursos.

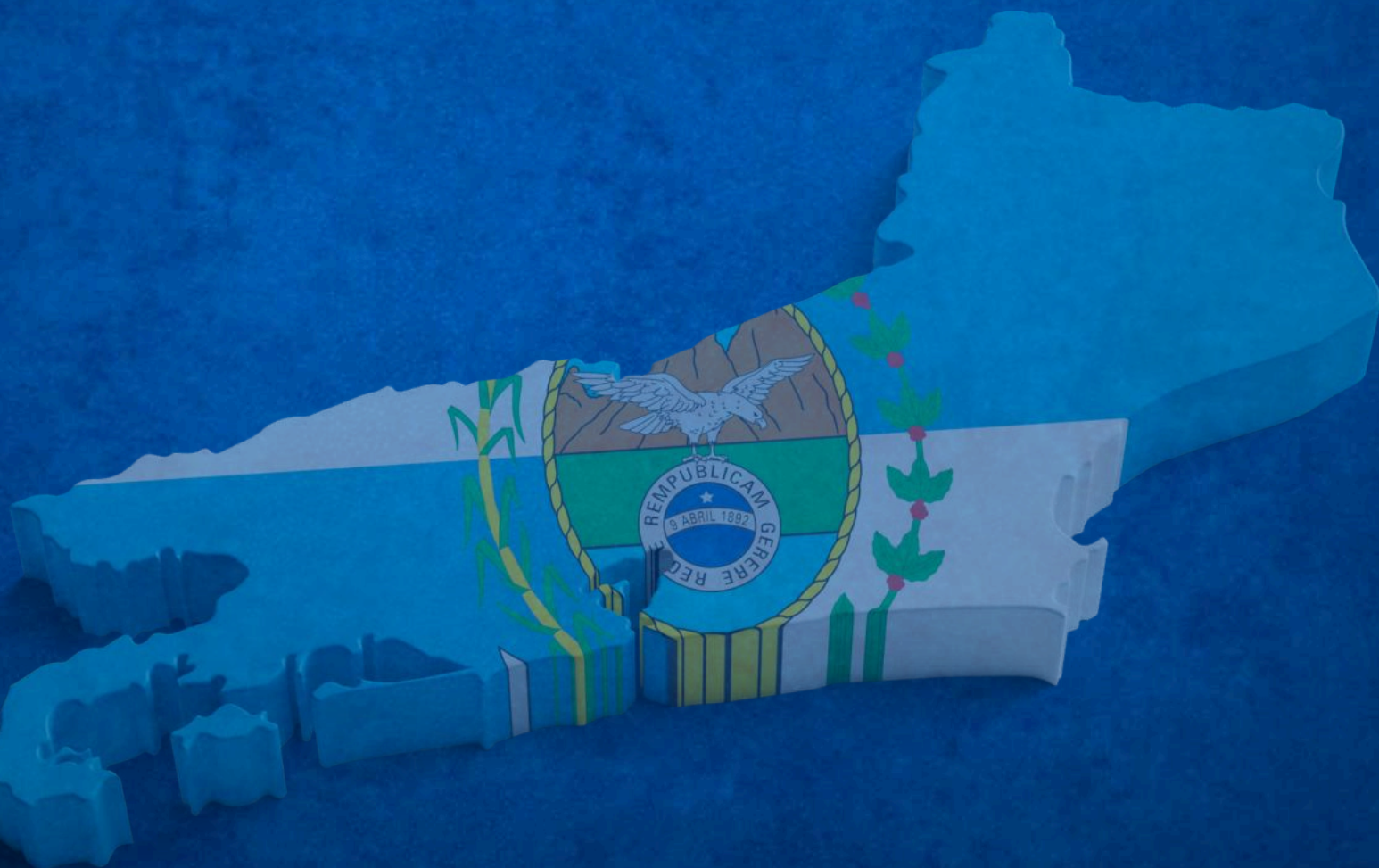


SCAN ME!



www://

Para acesso ao Painel da Sala de Apoio à Gestão Estratégica - SAGE, escaneie o código QR ou acesse o link <https://portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento>



5. DEMAIS AÇÕES INTERFEDERATIVAS

5.1 Ações na Atenção Primária à Saúde

5.1.1 Censo Nacional das UBS

✓ O formulário do Censo das UBS foi composto por 15 questões que contemplam condições de infraestrutura, saúde digital, composição das equipes de APS, oferta de ações e serviços, coordenação do cuidado e integração da rede de atenção, promoção da saúde e ações intersetoriais, entre outras áreas temáticas essenciais para a APS.

Esses dados serão fundamentais para direcionar a tomada de decisões que atendam às necessidades em saúde do cidadão. Informações estratégicas que fortaleçam a atenção primária e a expansão da Estratégia Saúde da Família.



5.1.2 Diagnóstico situacional da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra



O diagnóstico da PNSIPN é essencial para conhecer a realidade e os desafios da implementação da política nos municípios. Para isso, a Assessoria Pró-equidade Racial do Gabinete da Ministra da Saúde e a ENSP/Fiocruz desenvolveram um questionário online, abordando cinco eixos principais:

- 1 Perfil sociodemográfico do respondente
- 2 Conhecimento sobre as diretrizes da PNSIPN
- 3 Aspectos organizacionais
- 4 Informações sobre a implementação da política
- 5 Formação, informação, qualificação e disseminação

✓ Os municípios que concluírem o inquérito terão acesso as informações sobre o nível de implementação da PNSIPN (instituída pela Portaria GM/SM 992/2009), possibilitando o planejamento de ações mais eficazes.

MAIS INFORMAÇÕES:

Assista o webnário de lançamento do inquérito Diagnóstico situacional da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.



<https://www.youtube.com/watch?v=w8LjJWsh4KY>



GESTOR

ATENÇÃO!

**Responda
ao Diagnóstico**

5.2 Ações de Informação e Saúde Digital



✓ O Ministério da Saúde deu mais um passo crucial para a Transformação Digital do Sistema Único de Saúde (SUS) com a publicação da Portaria que estabelece o Índice Nacional de Maturidade em Saúde Digital (INMSD), uma ferramenta inovadora que visa avaliar a maturidade digital das regiões e elaborar planos de ação específicos para a Saúde Digital do Brasil. O INMSD é uma ferramenta abrangente projetada para medir a maturidade digital em saúde em todo o país. Utilizando métricas cruciais, o índice avalia a sustentabilidade das ações e serviços, oferecendo uma visão equitativa e detalhada do panorama da saúde digital em todo o país.

Conselheiros de Saúde da Noroeste

5.3 Oficina de Capacitação DigSus

✓ Em setembro, nos dias 24 e 25, através da parceria SEINP/SEMS-RJ e SES-RJ, foram realizadas as **capacitações no DIGISUS para os conselheiros da Região Noroeste**. Acreditamos que a educação contínua é a chave para o sucesso na qualidade dos instrumentos de planejamento, cujo objetivo do seu resultado final se traduz nas ações de saúde dentro de cada território de saúde.



5.4. Encontro Saúde e Justiça da Rede de Atenção Psicossocial da Comissão Intergestores Regional da Baixada Litorânea - 5ª edição

Dia 30/08/2024 chegamos à **5ª edição do Encontro Saúde e Justiça da Baixada Litorânea (CIR/BL)**, iniciativa regional idealizada pela coordenadora do grupo condutor da RAPS da Baixada Litorânea, organizada e articulada em parceria com Ministério da Saúde (SEINP/SEMS-RJ). O objetivo dos Encontros Saúde e Justiça da CIR-BL foi promover o diálogo regional na interface Saúde e Justiça com vistas a construir boas práticas a partir da Resolução CNJ nº487, de 15/02/2023. Celebramos um ano de muito debate, articulação de redes e educação permanente em saúde, com foco na **desinstitucionalização e o cuidado em liberdade na RAPS**.



5.5. Debate “Desafios e Oportunidades do Complexo Econômico Industrial da Saúde”

Em alusão ao Dia Nacional de Luta por Medicamentos (08/09), a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEMS/RJ) reafirmou seu compromisso com o fortalecimento das políticas públicas de saúde ao promover o debate “Desafios e Oportunidades do Complexo Econômico Industrial da Saúde”, com o Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), Carlos Gadelha, no dia 16/09. Ele destacou como o CEIS pode ser um vetor no desenvolvimento econômico e social no Brasil, fundamental para garantir a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades sociais. Gadelha reforçou o papel central do CEIS na geração de empregos, no avanço tecnológico e na inovação, além do impacto econômico.





GESTOR:

JÁ MONTOU SUA EQUIPE DE TRANSIÇÃO



A legislação federal torna obrigatória a criação de equipe ou comissão de transição nos municípios, devendo ser consultada a eventual existência de norma estadual ou municipal.

É recomendável, que se institua uma comissão com a finalidade de troca de informações necessárias para subsidiar a continuidade da gestão pela nova equipe, destacando-se o dever estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Devido as eleições municipais deste ano, os gestores precisam estar atentos a uma série de questões legais visando ao período de transição.



APONTE SUA
CÂMERA E
BAIXE SEU
MANUAL

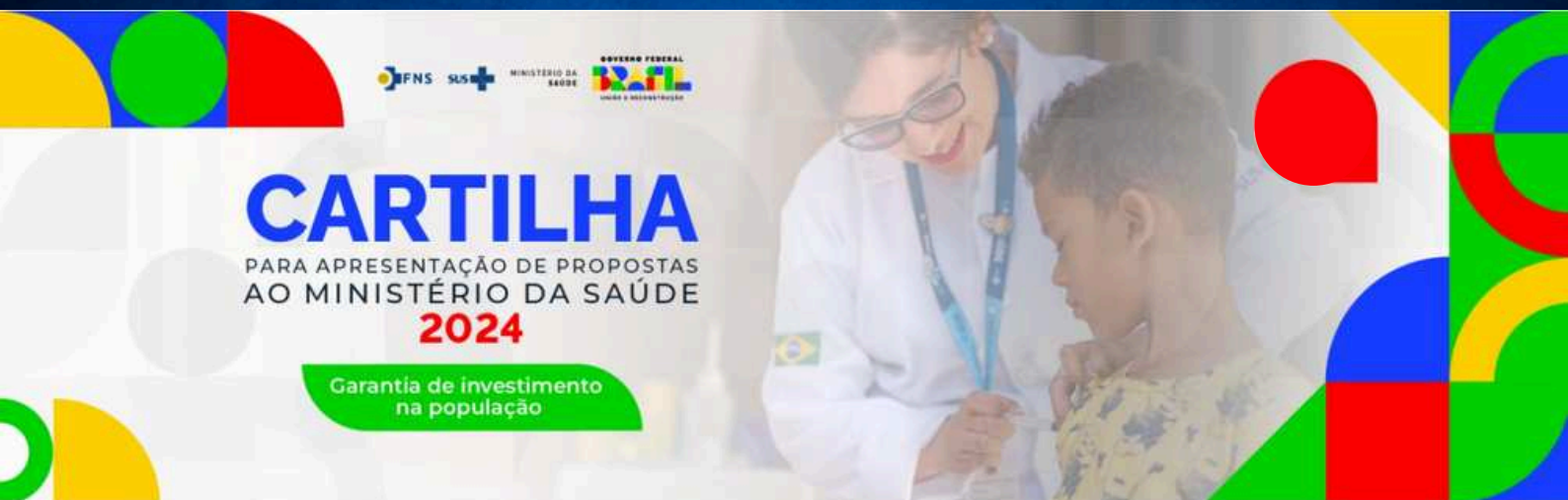


**O CONASEMS
PREPAROU
ESTA
CARTILHA
PARA TE
AJUDAR NA
TRANSIÇÃO.
CONFIRA
JÁ!!!!**



6. MINISTÉRIO DA SAÚDE: AGILIDADE E TRANSPARÊNCIA NAS SUAS AÇÕES

O Fundo Nacional de Saúde disponibiliza a versão 2024 da Cartilha para Apresentação de Propostas ao Ministério da Saúde. O documento traz orientações fundamentais para o sucesso de cada projeto.



Ao consultar o material, você encontra o passo a passo detalhado para acessar o InvestSUS e fazer o cadastramento de propostas para celebração ou formalização de convênios e contratos de repasse. Também são explicados os conceitos que diferenciam cada modalidade de financiamento e o modo de pagamento aplicável a cada caso, a depender do objeto e tipo de contratação.

Para facilitar ainda mais os procedimentos, a Cartilha indica quais são os programas prioritários do Ministério da Saúde. A listagem segue uma classificação conforme o tipo: Atenção Primária, Média e Alta Complexidade, Vigilância em Saúde e Ambiente, Ciência e Tecnologia, Educação em Saúde etc.

DA PROPOSTA AO RESULTADO

Cada proposta recebida segue uma tramitação específica dentro do Ministério da Saúde. O caminho até o resultado final da aprovação e execução depende de análises técnico-econômicas e pareceres que poderão determinar a necessidade de eventuais diligências ou complemento de informações.

Esses processos podem ser acompanhados direto no InvestSUS. O passo a passo para cada tipo de repasse também está descrito na Cartilha.

BAIXE SUA CARTILHA JÁ!



A Rede Cegonha agora é



INOVAÇÕES DA REDE:

PRÉ-NATAL

- 3x mais recursos para exames
- Mais 03 exames obrigatórios: Teste HTLV, Teste Rápido de Hepatite B e Hepatite C
- Novo: Ambulatório de Gestação e Puerpério de Alto Risco R\$ 1,2 bi/ano para cada
- Acesso mais amplo e rápido a teste de gravidez

PARTO E NASCIMENTO

- Mais de 30% de incentivo para Centro de Parto Normal
- Ampliação de leitos de UTI com foco no cuidado materno
- +30% para leitos de alto risco
- Aumento na habilitação regional de leitos para Gestante de Alto Risco

SAÚDE DA CRIANÇA

- Ambulatório de seguimento de egressos de UTI
- Aumento no valor da diária de leitos e valorização do método Canguru
- Casa da Gestante Bebê e Puérpera
- Recurso inédito para autossuficiência dos Bancos de Leite: **R\$ 41,9 mi/ano**

TRANSPORTE

- Recurso para Ambulâncias para atender emergência obstétrica e neonatal: R\$ 50 mil/mês
- Equipe especializada: obstetra na regulação do SAMU 192

PORTARIA GM/MS Nº 5.350, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024 – dispõe sobre a Rede Alyne.

PORTARIA GM/MS Nº 5.349, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024 – financiamento da Rede Alyne.

INCENTIVO DE QUALIFICAÇÃO

- Financiamento por nascido vivo, por local de residência e município do atendimento

Saúde

Apresentamos o ComunicaBR, uma nova plataforma online criada em parceria pelo Gabinete Pessoal do Presidente da República, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Casa Civil e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.



O objetivo da plataforma é facilitar o acesso a dados de programas do Governo Federal, por meio de uma interface simples e intuitiva, com informações atualizadas e contextualizadas, para o maior número de pessoas, de forma ampla e democrática. No site, o cidadão poderá baixar um arquivo PDF contendo todas as ações realizadas pelo Governo Federal em seu estado ou município em um determinado mês.

1

Acessar o site <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr>

2

Escolher na opção "Selecione o seu Estado", a UF de onde é a cidade da agenda ou pauta

3

Escolher na opção "Selecione o seu município", a cidade que irá ter a demanda tratada

4

Clicar na opção "Relatórios", após clicar em "Exportar" e por fim "PDF"

5

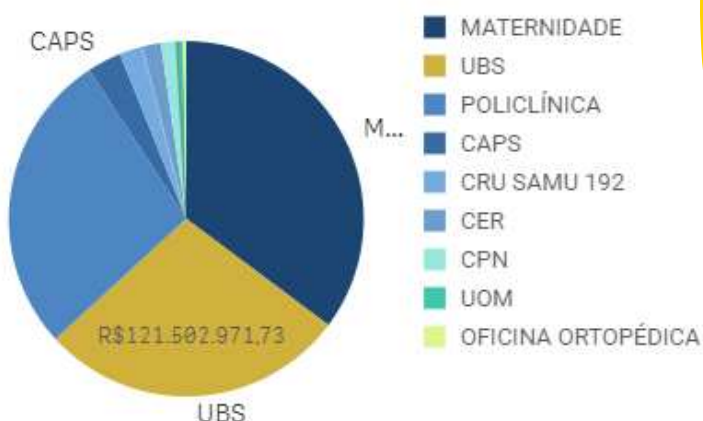
Irá baixar um PDF, que pode anexado no compromisso do Outlook para conhecimento



Estados e municípios selecionados em uma das dez modalidades do eixo Saúde, incluindo os contemplados por emendas parlamentares. No Rio de Janeiro, **65 propostas foram selecionadas**:



Valores (R\$) das propostas selecionadas



O VALOR DE INVESTIMENTOS DAS PROPOSTAS SELECIONADAS FOI DE:

R\$434.530.096,73

- Para saber mais informações do seu município como projeto arquitetônico, investimento acesse o link <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/novo-pac-saude>



RETOMADA E REATIVAÇÃO

de obras paralisadas ou inacabadas da saúde

O prazo para inserção dos documentos referente a diligência do PACTO NACIONAL DA RETOMADA DE OBRAS foi encerrado no dia 03 de setembro.



Município: aguardar a nova portaria trazendo as informações de como será procedido quanto as pendências.

ACESSE O PAINEL "MÃOS À OBRA" DO INVESTSUS
e confira repasses e retomada de obras em cada estado



O que é Qualifar-SUS?

O Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde (**Qualifar-SUS**) é uma das estratégias no âmbito da política pública da Assistência Farmacêutica que tem por finalidade contribuir para o processo de aprimoramento, implementação e integração sistêmica das atividades da Assistência Farmacêutica nas ações e serviços de saúde, com vistas a contribuir para uma atenção contínua, integral, segura, responsável e humanizada.



Como meu município pode utilizar o recurso de estruturação do Qualifar-SUS?



O recurso de estruturação pode ser utilizado para a aquisição de **MOBILIÁRIOS** e **EQUIPAMENTOS** necessários para a estruturação das Centrais de Abastecimento Farmacêutico e Farmácias no âmbito da Atenção Básica. Este recurso é repassado uma única vez, no ano da habilitação. Portanto, seu uso deve ser criterioso e atender aos propósitos do Qualifar-SUS.



O **Programa Nacional de Imunizações (PNI)** representa uma das intervenções em saúde pública mais importantes no cenário saúde brasileiro e possui referência como um dos maiores programas de vacinação do mundo.

A partir da coordenação nacional exercida pelo Ministério da Saúde, com apoio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), seguindo os princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS), vem incansavelmente atuando para a redução da transmissão de doenças imunopreveníveis e ocorrência de casos graves e óbitos, com fortalecimento de ações integradas de vigilância em saúde para **promoção, proteção e prevenção** em saúde da população brasileira, refletindo positiva e diretamente na qualidade e expectativa de vida da população.

Destaca-se que o êxito das ações de imunização resulta de uma associação de fatores por parte das instâncias gestoras, incluindo aquisição, planejamento, infraestrutura, logística, treinamento e recursos humanos, que nas diferentes atuações asseguram imunobiológicos de qualidade à população.



**CONFIRA
SEU
MUNICÍPIO**



**ACESSE OS
PAINÉIS**

Os painéis informam o número total de doses aplicadas e cobertura vacinal das vacinas presentes no Calendário Nacional.

DOSES APLICADAS

COBERTURA VACINAL



SAIBA MAIS SOBRE A RETOMADA DO **MAIS MÉDICOS**



PAINEL DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS DE PROVIMENTO

Interativo e dinâmico, o painel apoia a gestão dos programas e pode ser utilizado para orientar o planejamento e o aprimoramento das políticas da APS, pois permite a visualização dos dados por regiões dos estados e municípios.

**ACESSE
O PAINEL**



GESTOR PARTICIPANTE:

O funcionamento e desenvolvimento do **Programa Mais Médicos** dependem do olhar e acompanhamento do Gestor de cada município participante. Por isso, o compromisso com a manutenção do SGP (Sistema de Gerenciamento de Programas) é vital, pois a validação das atividades dos médicos e outros importantes procedimentos dependem da alimentação desse sistema.

- **Acompanhe o Mais Médico no seu município pelo SGP:**

<http://maismedicos.saude.gov.br/loginExt.php>

VOCÊ SABIA?

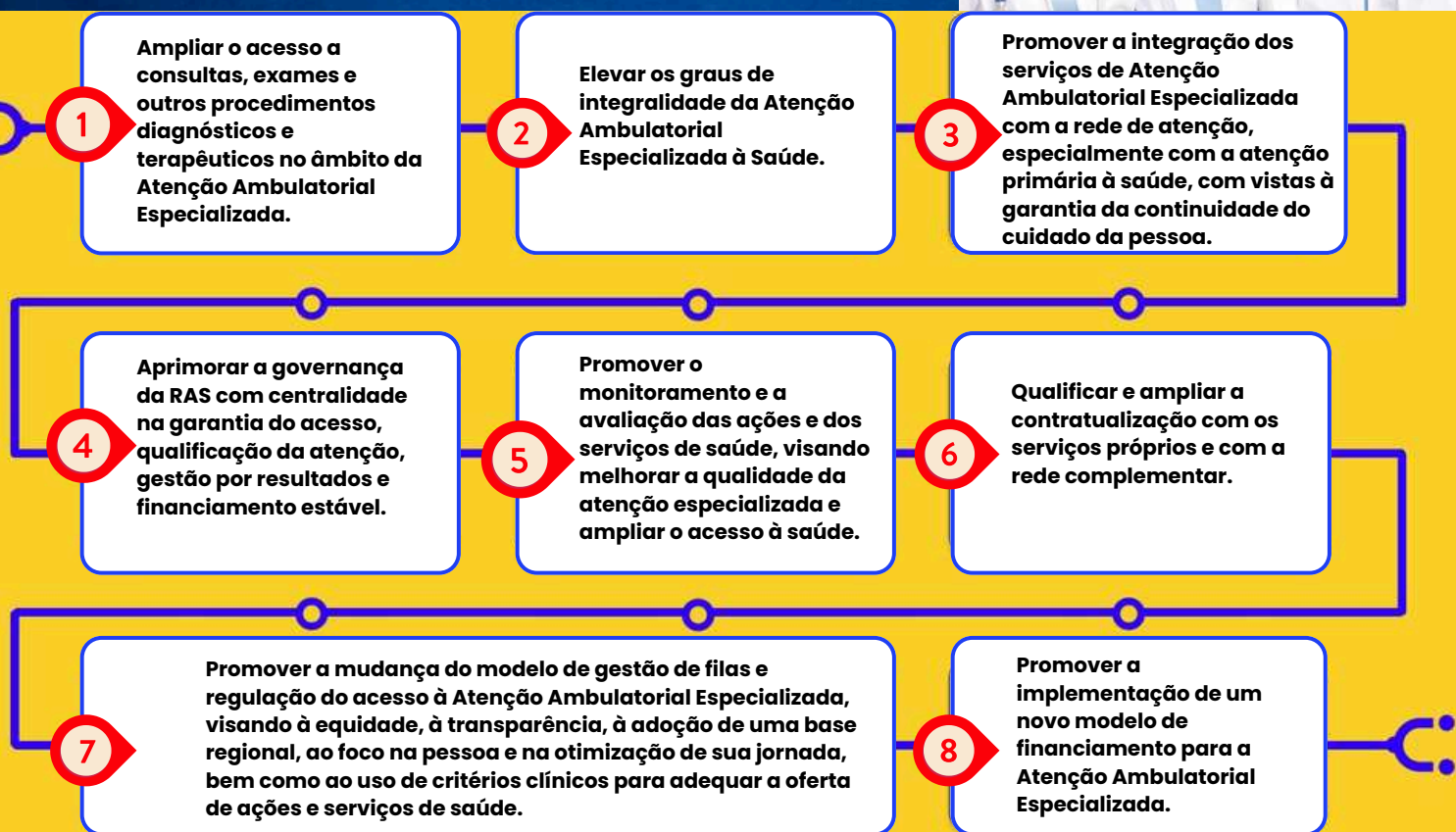


Agora o Mais Médicos tem um Boletim Mensal produzido pelo Ministério da Saúde.

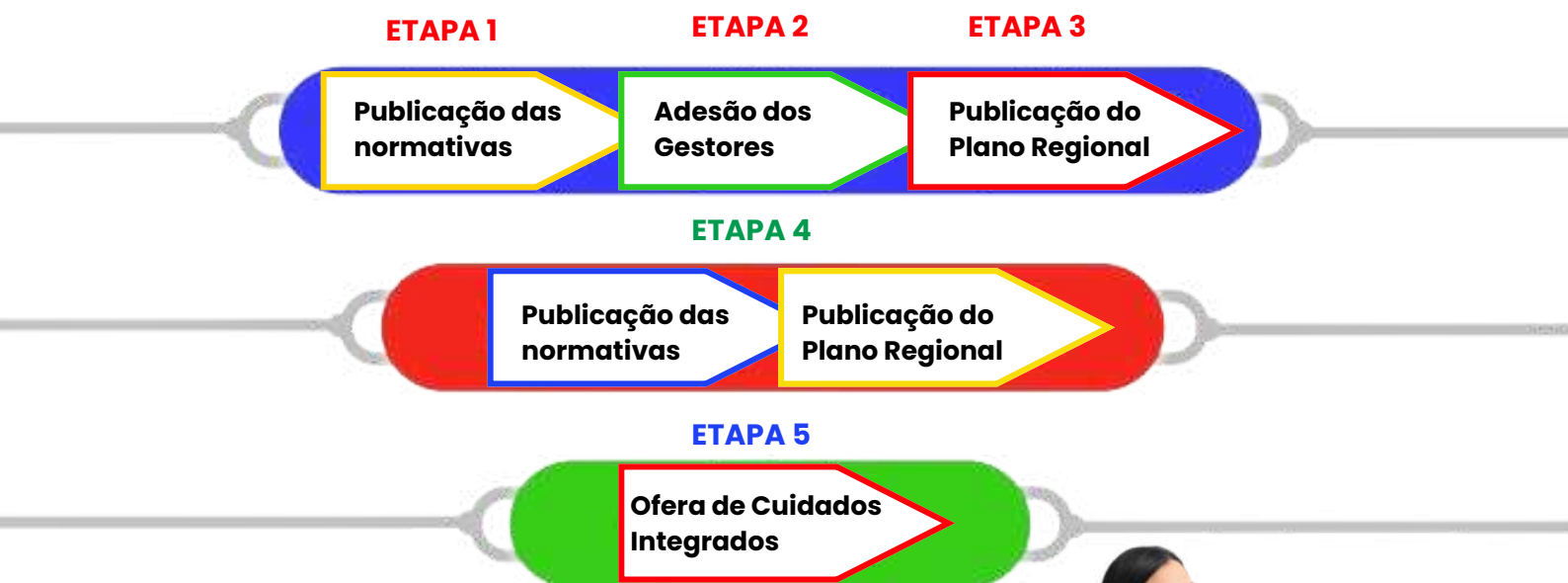
ACESSO OS BOLETINS



• OBJETIVOS DO PROGRAMA



• COMO SERÁ A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA?



MUNICÍPIOS JÁ ADERIRAM AO PMAE!!

Para mais informações como: adesão, financiamento, contratualização, legislação e publicações, aponte sua câmera para o QR Code:



7. CONCLUSÃO

Este Boletim teve por finalidade destacar o estado atual dos Instrumentos de Planejamento do estado do Rio de Janeiro e seus 92 municípios, com o objetivo demonstrar a evolução desses instrumentos neste terceiro trimestre de 2024. Essas ações buscam sensibilizar e mobilizar gestores, técnicos e conselheiros municipais e estaduais a alimentar o DGMP, em consonância com a Portaria GM/MS nº 750/2019.

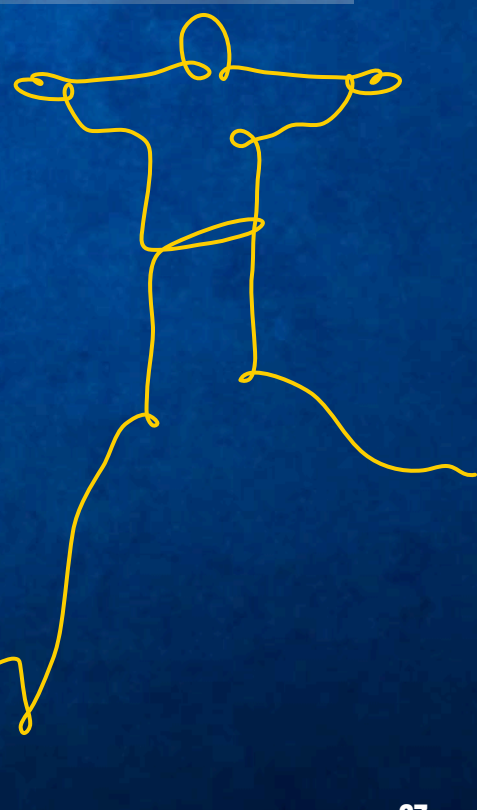
A Nota Informativa nº7/2021- CGFIP/DGIP/SE/MS recomenda aos gestores e conselhos de saúde que adotem as medidas necessárias para resolver quaisquer pendências nos municípios, evitando possíveis restrições nos repasses financeiros ou a obrigação de reembolsar recursos transferidos.

Além dos instrumentos de planejamento que servem de base para a definição de estratégias para o desenvolvimento das ações de saúde dentro do seu território, este boletim relatou outras ações desenvolvidas pela SEMS/RJ neste trimestre.

A Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, por meio do Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa, segue realizando as articulações interfederativas em todo território do estado do Rio de Janeiro, com um único objetivo: **fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS)**.



APOIO INSTITUCIONAL
DA GESTÃO FEDERAL DO SUS



8. REFERÊNCIAS

- ✓ Brasil. **Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm, obtido em março/2024.
- ✓ Brasil. **Lei 8.142/90 de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade no SUS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm, obtido em março/2023
- ✓ Brasil. **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm, obtido em março/2024.
- ✓ Brasil. **Portaria nº 1.419, 8 de junho de 2017**, Gabinete do Ministro, Ministério da Saúde. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19106553/do1-2017-06-09-portaria-n-1419-de-8-de-junho-de-2017-19105998, obtido em março/2024.
- ✓ Brasil. **Portaria nº 750, 29 de abril de 2019**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt0750_06_05_2019.html, obtido em março/2024.
- ✓ Brasil. **Decreto Presidencial nº 1.232, de 30 de agosto de 1994**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d1232.htm, obtido em março/2024.
- ✓ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. **Regimento Interno do Ministério da Saúde: Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016 / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em:** http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/regimento_interno_ministerio_saude.pdf, obtido em março/2024
- ✓ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa. **Manual do usuário : DigiSUS gestor: módulo planejamento**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_usuario_digisus_gestao.pdf, obtido em março/2024
- ✓ Brasília. **RECOMENDAÇÕES PARA O ENCERRAMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL NA SAÚDE**. 3ª edição. CONASEMS. Disponível em: https://portal.conasems.org.br/orientacoes-tecnicas/noticias/6235_conasems-lanca-publicacao-tecnica-com-recomendacoes-para-o-encerramento-da-gestao-municipal-da-saude
- ✓ **NOTA INFORMATIVA Nº 7/2021-CGFIP/DGIP/SE/MS - Sobre procedimentos aplicáveis diante da ausência de instrumentos de planejamento**. Disponível em: <https://digisusgmp.saude.gov.br/informacao/noticia/nota-informativa-no-72021-cgfipdgipsems>
- ✓ **DigiSus Gestor Módulo Planejamento**. DGMP 2023, Versão 1.13.0. Disponível em: <https://digisusgmp.saude.gov.br>. Acesso em abril de 2024.
- ✓ **Painel de Monitoramento dos Instrumentos de Planejamento e Gestão em Saúde, 2023**. Disponível em: <https://liasauade.com.br/paineldgmp/>
- ✓ **Painel da Situação dos Instrumentos de Planejamento**. Disponível em: <https://portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento>.



APOIO INSTITUCIONAL
DA GESTÃO FEDERAL DO SUS

GOV.BR/SAUDE

f t i minsaude

EXPEDIENTE:

Ministra da Saúde

Nísia Trindade Lima

Superintendente da SEMS-RJ

Maria Aparecida Diogo Braga

Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa – SEINP RJ

Chefe

Patricia Martins Sant’Anna de Faria

Equipe Técnica:

Aldir Noronha Pires

Ana Cássia Cople Ferreira

Ana Paula Machado Martins

Angélica de Adão Rezende

Danielle do Valle Garcia

Fernanda Rodrigues da Guia

Helton Márcio dos Santos Rodrigues

Kátia Cristina Martins Guerra

Mariana de Souza Malnati

Monique da Silva Turques

Nicolas Araújo Carlos Crapez

Pedro de Jesus Silva

Richard Morita Oliveira

Sylvia Amanda da Silva Leandro

Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa

Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEINP-RJ/SEMS-RJ/SAA/SE/MS)



Rua México, 128 – Centro Sobreloja 1 – Sala 16 20031-142 – Rio de Janeiro/RJ



(21) 3985-7566



seinp.sems.rj@saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRA
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO